



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681015 - MG (2021/0224138-0)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : GYLLIARD MATOS FANTECELLE  
**ADVOGADO** : GYLLIARD MATOS FANTECELLE - MG100112  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : REGINALDO RODRIGUES BARBOSA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de REGINALDO RODRIGUES BARBOSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC 1.0000.21.120131-4/000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pelo cometimento, em tese, do delito tipificado nos arts. 155, §4º, inc. IV e §6º c/c 14, inc. II, ambos do Código Penal.

O impetrante aduz a teratologia da decisão que decretou a prisão preventiva, afirmado que, caso sobrevenha condenação, sendo reconhecida, além da causa de diminuição da tentativa, a privilegiadora do art. 155, §2º, do CP, o paciente poderá ter direito a regime aberto, ou seja, menos gravoso do que o segregado se encontra.

Sustenta, de outro lado, a impossibilidade de decretação da prisão preventiva, de ofício, pelo Juízo sentenciante.

Discorre, ainda, sobre a ilegalidade da realização da audiência de custódia após o prazo de 24h previsto no art. 310 do CPP, com redação dada pela Lei n. 13.964/19, acrescentando que, no caso, esta somente ocorreu 7 dias após o flagrante.

Afirma que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, porquanto o paciente seria primário, com bons antecedentes, tendo a prisão sido embasada apenas na gravidade abstrata do delito, o que não é permitido pelo ordenamento jurídico.

Assevera, por fim, que, "conforme último despacho proferido no *habeas corpus* n. 1.0000.21.120131-4000 do TJMG, publicado em 06/07/2021, foi dado ao MM. Juiz coator o prazo de 48h para dar explicações sobre a prisão do paciente. Contudo, embora devidamente intimado, o Juiz singular quedou-se silente e inerte, não prestando até o momento as informações necessárias" (fl. 13).

Defende que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas, notadamente em razão do grave estado de saúde do paciente.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva, expedindo-se o competente alvará de soltura, ou, alternativamente, a fixação de cautelares diversas. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente